

ANO XIII | 2012 | EDIÇÃO ESPECIAL



CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE



Editor responsável
Thomas Knirsch

Coordenação Editorial
Reinaldo José Themoteo

Conselho editorial
Antônio Octávio Cintra
Fernando Limongi
Fernando Luiz Abrucio
José Mário Brasiliense Carneiro
Lúcia Avelar
Marcus André Melo
Maria Clara Lucchetti Bingemer
Maria Tereza Aina Sadek
Patrícia Luiza Kegel
Paulo Gilberto F. Vizentini
Ricardo Manuel dos Santos Henriques
Roberto Fendt Jr.
Rubens Figueiredo

Revisão
Reinaldo José Themoteo

Capa, projeto gráfico e diagramação
Cacau Mendes

Impressão
J. Sholna

ISSN 1519-0951

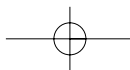
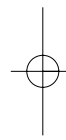
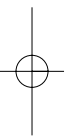
Cadernos Adenauer XIII (2012), edição especial
Caminhos para a sustentabilidade
Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, junho 2012.
ISBN 978-85-7504-164-2

Todos os direitos desta edição reservados à
FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER
Representação no Brasil: Rua Guilhermina Guinle, 163 · Botafogo
Rio de Janeiro · RJ · 22270-060
Tel.: 0055-21-2220-5441 · Telefax: 0055-21-2220-5448
adenauer-brasil@kas.de · www.kas.de/brasil

Impresso no Brasil

Sumário

Apresentação	7
De Estocolmo72 à Rio+20: uma análise sobre a atuação brasileira nas principais conferências internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento	13
LUIZ AUGUSTO DE CASTRO NEVES RENATA HESSMANN DALAQUA	
Mudanças do clima e economia verde	31
ANDRÉ FROSSARD PEREIRA DE LUCENA ROBERTO SCHAEFFER	
Florestas, Amazônia e inclusão. Ou mudamos já o jeito de viver ou o jeito que vivemos vai mudar	53
CAETANO SCANNAVINO FILHO	
O papel das compras públicas na busca por um desenvolvimento sustentável	77
LUCIANA STOCCO BETIOL	
Governança global na gestão da economia verde JOÃO RICARDO RODRIGUES VIÉGAS	91
A cidade do Rio de Janeiro no contexto das mudanças climáticas e na transição para economia verde	109
NELSON MOREIRA FRANCO	



Apresentação

7

Se a temperatura da Terra continuar a subir sem controle – 4 ou 5 graus em relação ao período pré-industrial –, então a vida nesse planeta, assim como nós a conhecemos hoje, deixará de existir. De maneira simplificada pode-se dizer que: ou teremos água de menos, ou seja, secas, escassez de água potável e alimentos, conflitos e guerras por água e áreas de pastagem, e correntes de refugiados; ou teremos água demais e áreas inteiras submergirão, literalmente. Enchentes, condições climáticas severas e catástrofes naturais irão destruir nossas bases econômicas da vida. E não restarão nem mais as Ilhas Afortunadas, tudo será afetado, tanto nos aspectos climáticos quanto sociais.

As mudanças climáticas nos levam a questionar, portanto e principalmente, o consumismo inconsequente dos recursos naturais. Desse questionamento, surgem dúvidas relativas ao nosso entendimento do que significam desenvolvimento e crescimento econômico. Indubitavelmente precisamos de crescimento. Com o envelhecimento da população, a nossa sociedade dependerá cada vez mais e justamente desse crescimento; isso, se essa sociedade quiser manter-se solidária. Mas não será mais um crescimento como o do passado – um crescimento dependente do consumo ilimitado de energia e com altas emissões de CO₂ –, ou seja, resultante do esgotamento dos recursos naturais e da destruição da natureza. Precisamos de um crescimento que proteja e respeite o clima e os nossos recursos naturais. Isso é pura e simplesmente uma condição para que possa haver o crescimento, para que não esgotemos com o nosso egoísmo atual, os alicerces para tal crescimento. É claro que poderíamos seguir com nossa economia e estilo de vida tradicional por mais

alguns anos. Nós poderíamos viver mais alguns anos sem que nos déssemos conta, à custa do futuro, à custa das nossas crianças, mas seria um modo de vida injusto. Não é possível generalizar o modo de vida ocidental, dos países desenvolvidos; não para sete bilhões de pessoas. Sete bilhões de pessoas não podem viver dessa maneira, o planeta Terra não oferece as condições para isso e ainda menos para uma geração em que até nove bilhões de pessoas conviverão. A isso segue-se, de certo modo, um imperativo ecológico que decorre do imperativo categórico de Kant: o uso de recursos naturais à custa das gerações futuras não é tolerável.

Nós todos temos que entrar no mesmo barco, todos nós temos obrigações! O termo técnico para isso é chamado de *common but differentiated responsibilities and respective capabilities*, portanto se trata de uma responsabilidade generalista, porém diferenciada para as mudanças climáticas e a proteção do clima. Todos têm que entrar no barco, os países desenvolvidos assim como também os recentemente industrializados. Isso, porque China, Índia, África do Sul e Brasil, entre outros países – que no mundo antigo do protocolo de Kyoto talvez ainda fossem países em desenvolvimento –, se desenvolveram para economias dinâmicas que contribuem com uma parcela enorme em emissões globais de CO₂. É significativo o fato de os EUA e a China terem hoje mais ou menos o mesmo nível de emissão. Se a Europa emitir uma parcela menor de CO₂ que a China, por exemplo, então o problema não será resolvido se somente os europeus se declararem responsáveis. Então, também outros países precisam se envolver. Por isso, a grande preocupação em Durban, no final do ano passado, foi a de colocar todos no mesmo barco com o objetivo de alcançar um acordo uniforme e global de proteção ao clima.

Sem dúvida todas as nações fazem alguma coisa, algumas fazem muita coisa, mas em soma faz-se muito pouco, com certeza demasiadamente pouco para atingir o objetivo acordado no ano passado em Cancun: limitar o aquecimento da Terra em 2°C. A lacuna entre o objetivo traçado e os instrumentos e as ações concretizadas ainda é muito grande. No entanto, tiveram êxito em chegar a esse acordo e a um protocolo global do clima com um cronograma bem definido como objetivo geral.

O alcance desse objetivo foi possível, também, pelo fato de a Europa, a União Europeia, terem logrado unificar sua voz e manter uma estratégia comum. Isso tornou a União Europeia o parceiro construtivo e marcante daquela conferência. É importante enfatizar isso, não como mero auto elogio, mas porque estamos diante de um ano de importantes decisões europeias, e talvez – não sabemos –, diante de um ano europeu decisivo. Porque aquela

que começou como uma crise da Grécia, que é uma crise da dívida pública na Europa, uma crise do Euro, uma questão sobre a capacidade futura de manutenção de uma moeda comum europeia, é, também e igualmente, dúvida e desafio: uma “prova de fogo” para a consistência da Europa.

A mudança da política energética alemã é observada no mundo inteiro com muito interesse, muita atenção e muito respeito. E não seria exagero dizer que o mundo estaria atento a essa mudança de política energética para ver se essa vingará. A Alemanha é o primeiro e, por enquanto, único país industrializado a tomar a decisão de mudar a matriz energética baseada em óleo, gás, urânio e carvão para uma matriz energética eficiente, descentralizada e competitiva, baseada em tecnologias de energias renováveis. E a contribuição mais importante que temos a dar é a comprovação de que essa é, também, uma história de sucesso econômico e que ao mesmo tempo protege os alicerces naturais da vida.

Com esse fundamento em vista e entre outras ações, nós nos empenhamos também no âmbito internacional e, neste ano e especialmente, para a Rio+20. Em 1992, com a Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, tivemos o momento do nascimento de muitos progressos no âmbito do direito internacional ambiental. Já se passaram 20 anos e, por isso, o mundo se encontrará novamente nesse outono, aqui no Rio, para dar seguimento a essa nova proposta. Em primeiro lugar, buscar criar um entendimento comum mundial sobre crescimento e desenvolvimento, portanto um desenvolvimento econômico sustentável como uma forma de desenvolvimento necessário, justo e rico em oportunidades. Depois, buscar desenvolver uma economia verde, uma economia sustentável em termos globais. E ao mesmo tempo precisamos de uma melhor governança global do meio ambiente. Isso inclui tornar ainda mais forte e efetiva a política ambiental no âmbito das Nações Unidas, buscando o fortalecimento da chamada governança, da habilidade de governar da ONU, para uma área tão importante.

Uma política de proteção do clima tem, por isso, um ímpeto; ímpeto esse que resulta da defesa de uma ameaça. Depende da política, depende da comunidade internacional desenvolver essa vontade, essa força e essa coragem, e não somente continuar fazendo as coisas do mesmo jeito, porque aparentemente já não podemos mais nos dar a esse “luxo”. Trata-se de incluir necessidades da vida, necessidades de formação, margens de manobra e a subsistência das próximas gerações nas decisões que hoje são tomadas através da política. Trata-se de tentar, de trazer a vontade de agir em um mundo mais justo, no qual todos tenham oportunidades e no qual nós possamos nos

desenvolver, no qual possamos dividir e no qual não esgotemos os tesouros, os recursos da natureza e no qual não vivamos às custas das futuras gerações. É um projeto ético, um projeto democrático, um projeto econômico dos nossos tempos, para o qual a Alemanha tem cooperado e em que tem encontrado reconhecimento.

A Fundação alemã Konrad Adenauer está participando ativamente nesse projeto. Há mais de 40 anos acompanhamos esses desenvolvimentos no Brasil, um ator de peso dentro dos mais de 90 países parceiros com os quais cooperamos. Em conjunto com as nossas organizações parceiras, tecemos uma vasta rede de cooperações com institutos de pesquisa, universidades, grupos políticos e da sociedade civil, assim como com representantes da mídia. Intensificamos o nosso comprometimento nas questões sobre mudanças climáticas, proteção do meio ambiente e gestão de recursos nos últimos 2 a 3 anos.

No final do ano de 2011 nós convidamos um grupo de especialistas brasileiros que, representando instituições governamentais, a sociedade civil, bem como o setor privado, reuniu-se diversas vezes para debater sobre o tema. Nas suas reuniões – formais e informais – bem como em fóruns públicos, eles discutiram as prioridades no que tange os debates sobre os temas mencionados anteriormente, por meio de uma perspectiva brasileira. O resultado dessas reuniões é esta edição especial dos Cadernos Adenauer. A partir da perspectiva geral de que a maior parte dos modelos econômicos são, no longo prazo, insustentáveis, o grupo concordou acerca da necessidade de empreender esforços a fim de desenvolver uma nova forma de pensar a economia, a qual permita, a um só tempo, o crescimento que a comunidade global necessita e a eliminação, consciente, daquilo que conhecemos como externalidades, ou danos colaterais: as deletérias consequências geradas pela nossa atuação no mundo, que são constantemente ignoradas, mas que são muito presentes.

Todavia, para que esta economia verde funcione, todos os especialistas concordam que – ressaltando os componentes que juntos constituem a civilização moderna como um todo – ela deve ser organizada de modo sustentável. Essa tarefa é política e, portanto, é sua também, prezado leitor, prezada leitora. Contudo, antes que possamos agir, nós devemos compreender a dinâmica do desafio. A partir daí nós poderemos desenvolver possíveis soluções, definir a direção geral na qual devemos avançar. Os seis capítulos desta edição especial da Série Cadernos Adenauer visam justamente discutir alguns dos aspectos fundamentais dessa agenda de sustentabilidade.

Luiz Augusto de Castro Neves e Renata Dalaqua analisam o desempenho do Brasil nas discussões internacionais sobre desenvolvimento sustentável. Resgatando Estocolmo 1972 os autores realizam um estudo cronológico da política externa brasileira acerca do tema, examinando continuidade e rupturas nos quarenta anos compreendidos na análise. O texto é finalizado com uma reflexão sobre as perspectivas para a Conferência Rio+20.

André Frossard Pereira de Lucena e Roberto Schaeffer discutem mudanças do clima e economia verde. Neste capítulo os autores investigam o espaço que as questões relacionadas às mudanças climáticas tem conquistado nas discussões internacionais desde a realização da Conferência Rio 92, e discutem como ações direcionadas para a mitigação e adaptação podem ser desenvolvidas em harmonia com a qualidade do meio ambiente em nível local, juntamente com o desenvolvimento sustentável, compreendendo três aspectos: ambiental, econômico e social.

Caetano Scannavino Filho discute o tema Amazônia com enfoque no tópico inclusão social. O autor mostra os problemas, as lutas, os avanços e dificuldades na dura tarefa de preservar a floresta e estabelecer as bases sólidas de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável na região, respeitando tanto a flora quanto a fauna, mas sobretudo buscando evidenciar a necessidade de articular o equacionamento dos problemas de ordem ambiental tomando em consideração as implicações e desdobramentos que repercutem no social.

Luciana Stocco Betiol apresenta o poder público como ator relevante na busca da construção de um modo de consumo mais sustentável, por meio das compras públicas. A autora mostra como a colocação de critérios ambientais nas compras públicas pode contribuir de modo positivo nos esforços em prol da sustentabilidade no consumo.

O capítulo de autoria de João Ricardo Rodrigues Viegas tem como tema a refuncionalização do Programa das nações Unidas para o Meio Ambiente, enfocando a explicitação e análise acerca do estabelecimento de metas de curto e longo prazo entre os atores internacionais, com o intento de assegurar meios eficazes de reduzir as emissões de CO₂ de forma continuada, assim como mitigar as consequências das mudanças climáticas.

O gerente de mudanças climáticas da Prefeitura do Rio de Janeiro, Nelson Moreira Franco, mostra os diversos esforços e iniciativas que estão sendo desenvolvidos na Cidade do Rio de Janeiro no contexto do enfrentamento às mudanças climáticas, bem como na transição para uma economia verde. Neste capítulo são apresentadas as diversas atitudes de enfrentamento

na capital carioca ao desafio das mudanças climáticas, seja por meio de leis, fóruns, projetos e parcerias estratégicas.

Foi um grande prazer poder trabalhar com este seletto grupo de especialistas e, este livro – no qual eles apresentam suas análises e resultados dos seus pontos de vista individuais – oxalá possa nos ajudar a melhor entender os desafios a serem enfrentados.

THOMAS KNIRSCH

Representante da Fundação Konrad Adenauer no Brasil